



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/3

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MOT Nº 001/2017-CRO3

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Processo Seletivo Simplificado para a **formação de cadastro de reserva para contratação de Pessoal Civil por Tempo Determinado (Mão de Obra Temporária - MOT)**, com vagas nas áreas de Arquiteto, Engenheiro Civil, Técnico em Edificações e Técnico de Nível Médio da Comissão Regional de Obras/3 (CRO/3).

2. FINALIDADE

O presente processo seletivo tem por finalidade constituir um cadastro de reserva para atender aos encargos temporários e excepcionais de obras e serviços de engenharia relativos à implantação dos Projetos Estratégicos e Estruturantes do Exército, a serem executados pela CRO/3, preenchendo as seguintes funções temporárias autorizadas pelo escalão superior (DIEx nº 19-SG3/DOM, de 13 fev 17):

- a. Arquiteto - 1 (uma) vaga;
- b. Engenheiro Civil - 1 (uma) vaga;
- c. Técnico em Edificações - 1 (uma) vaga;
- d. Técnico de Nível Médio - 2 (duas) vagas.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação de Pessoal Civil por tempo determinado é necessária em virtude do volume de trabalhos em andamento e previstos no Contrato de Objetivos firmado entre o Departamento de Engenharia e Construção e o Estado-Maior do Exército, fundamentalmente relativos ao Projeto Sentinela da Pátria. O quadro de efetivo da CRO/3 não é suficiente para suprir a demanda de projetos, contratação e fiscalização de obras, tornando-se essencial e imprescindível as contratações em tela para o estabelecimento de um suporte profissional, quantitativo e tecnicamente adequado para os trabalhos sob a responsabilidade técnica e administrativa da CRO/3.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os servidores a serem contratados temporariamente serão regidos pelo disposto no art. 3º, § 2º, 4º, parágrafo único, inciso III da Lei nº 8.745/93 (DOU de 10 de dezembro de 1993), alterada pela Lei nº 9.849/99, e pelas Instruções Gerais para Contratação de Pessoal Civil, por tempo determinado aprovado pela Portaria nº 509, do Comandante do Exército, de 28 de junho de 2010 (IG 10-70), aplicando-lhe subsidiariamente o disposto nos artigos 53 e 54; 57 a 59; 63 a 80; 97; 104 a 109; 110, incisos I, *in fine*, e II, parágrafo único, a 115; 116, incisos I a V, alíneas “a” e “c”, VI a XII e parágrafo único; 117, incisos I a VI

e IX a XVIII; 118 a 126; 127, incisos I, II e III, a 132, incisos I a VII, e IX a XIII; 136 a 142, incisos I, primeira parte, a III, e §§ 1º a 4º; 236; 238 a 242, da Lei nº 8.112/90.

A autorização para a contratação temporária está contida na Portaria Interministerial nº 319, de 27 de outubro 2016 (DOU de 28 de outubro de 2016), alterada pela Portaria Interministerial nº 6, de 13 de janeiro de 2017 (DOU de 16 janeiro de 2017), e na Portaria nº 1.553, do Comandante do Exército, de 22 de novembro de 2016, alterada pela Portaria nº 093, do Comandante do Exército, de 8 de fevereiro de 2017.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para contratação de mão de obra temporária para preenchimento de vagas nas funções de Arquiteto, Engenheiro Civil, Técnico em Edificações e Técnico Administrativo da Comissão Regional de Obras/3 (CRO/3) correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos grupos de Natureza de Despesa de "Outras Despesas Correntes e de Capital", conforme arts. 1º e 6º da Portaria Interministerial nº 319, de 27 de outubro de 2016.

6. FORMA DE SELEÇÃO

A seleção será composta de 2 (duas) etapas, avaliação curricular e entrevistas. A etapa de avaliação curricular terá caráter eliminatório e classificatório, tendo por finalidade verificar se o(a) candidato(a) possui as qualificações e experiências profissionais exigidas para a função temporária que irá exercer. Será constituída da análise e pontuação da documentação apresentadas pelo(a) candidato(a).

A etapa de entrevistas terá caráter eliminatório. Serão convocados apenas os(as) candidatos(as) classificados(as) em ordem de até 5 (cinco) vezes o número de vagas, a fim de apresentar a documentação original de inscrição e complementar, quando serão ratificadas ou não as suas experiências para o desempenho da função.

Dessa forma, serão convocados(as) para a entrevista o seguinte número de candidatos(as), se houver, obedecendo à ordem de classificação final (após decisão dos recursos):

Nº de ordem	Função	Nº de vagas	Nº de candidatos a serem convocados para a entrevista
1	Arquiteto	1	5
2	Engenheiro Civil	1	5
3	Técnico em Edificações	1	5
4	Técnico de Nível Médio	2	10

7. RESERVA DE VAGAS

Não haverá reserva de vagas para negros e portadores de deficiência, devido ao número insuficiente de vagas previsto para cada função neste processo seletivo.

No primeiro caso, o art. 1º, §1º, da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, exige a aplicação da reserva de vagas para negros quando o número oferecido de vagas for igual ou superior a 3 (três).

No segundo caso, enquanto o art. 37, §1º, do Decreto nº 3.298/1999 (que regulamenta a Lei nº 7.853/1989), fixa em 5% do número das vagas para portadores de deficiência, e o §2º do mesmo artigo

eleva até a unidade quando esse percentual resultar em fração, o art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990 limita o percentual em 20% das vagas do concurso público.

8. HABILITAÇÕES TÉCNICAS

As habilitações técnicas a serem exigidas para cada função serão pré-requisito para a avaliação curricular. Basicamente, referem-se à diplomação, experiência na função e inscrição no órgão fiscalizador para aquelas profissões que assim o exigirem.

a. Arquiteto - Graduação em Arquitetura e Urbanismo; inscrição regular no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e em dia com a anuidade; 2 (dois) anos de experiência comprovada como Arquiteto em projetos de construção civil e execução ou fiscalização de obras de edificações.

b. Engenheiro Civil - Graduação em Engenharia Civil; inscrição regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e em dia com a anuidade; 2 (dois) anos de experiência comprovada como Engenheiro Civil em projetos de construção civil, execução ou fiscalização de obras de edificações e obras de infraestrutura.

c. Técnico em Edificações - Conclusão do curso Técnico em Edificações e do Ensino Médio; inscrição regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e em dia com a anuidade; 2 (dois) anos de experiência comprovada como Técnico em Edificações em acompanhamento de obras, nos limites do Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.

d. Técnico de Nível Médio - Conclusão do Ensino Médio; 2 (dois) anos de experiência comprovada nas áreas Administrativa, Financeira e Orçamentária.

9. ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

O pessoal civil a ser contratado será empregado em atividades previamente especificadas, a seguir discriminadas.

a. Arquiteto - Elaborar projetos executivos de arquitetura, especificações, detalhamento de desenhos de obras de edificações, urbanização e paisagismo. Realizar memorial descritivo e fiscalização de obras. Utilizar softwares de detalhamento e desenhos: AUTOCAD e REVIT, permitindo a manipulação, correção, mudança de escala, manipulação de coordenadas locais e UTM de plantas baixas, seções e perfis de projetos em *.dxf e *.dwg. Elaborar e analisar projetos básicos e executivos (acessibilidade, urbanização, paisagismo, luminotécnica, sinalização e coberturas), e analisar interferências entre os diversos projetos. Aplicar a legislação de obras, posturas municipais e urbanismo. Tomar conhecimento das normas específicas de diferentes tipos de edificações como: quartéis, paióis, estandes de tiro, hospitais, postos médicos, restaurantes, hotéis e presídios. Realizar orçamentos e especificações. Realizar planejamento, orçamentação, programação e controle de obras, elaboração de cronogramas e gráficos (PERT-CPM, Gantt), acompanhamento físico-financeiro e elaboração e pagamento de medições de serviços. Conhecimento de legislação de obras, posturas municipais e urbanismo. Fiscalizar obras e serviços de engenharia. Receber o encargo de fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia.

b. Engenheiro Civil - Elaborar projetos executivos (especificações de materiais, orçamento detalhado e memorial justificativo), de engenharia civil, técnicas executivas, especificações de materiais, e controle tecnológico de obras de edificações. Utilizar softwares de detalhamento e desenhos: AUTOCAD e/ou CIVIL 3D. Utilizar softwares de projetos de engenharia civil como: EBERICK, HYDROS, REVIT e outros similares. Ter conhecimento das normas específicas de diferentes tipos de edificações como: quartéis, paióis, estandes de tiro, hospitais, postos médicos, restaurantes, hotéis e presídios. Projetar e fiscalizar obras de infraestrutura urbana, com ênfase em: locação; terraplenagem e movimentos de terra; pavimentação

com base de solo estabilizado granulometricamente e revestimento em concreto estrutural, blocos intertravados e placas de concreto; escoramento de terra, assentamento de tubulações de drenagem e esgoto, aterramento, estruturas de concreto armado, pisos diversos, poços de visita/inspeção em materiais diversos, mobilização e instalação de canteiro de obras. Elaboração de planejamento, programação e controle de obras, elaboração de cronogramas e gráficos (PERT-CPM, Gantt); acompanhamento físico-financeiro e realização de medições de serviços. Fiscalizar obras envolvendo controle de qualidade de serviços (elaboração de fichas de controle de serviço, relação de ensaios para controle tecnológico e emissão de relatórios). Conhecimento de procedimentos e normas de saúde, resíduos sólidos e segurança do trabalho para as atividades da indústria da construção civil, com ênfase na NR-18. Fiscalizar obras e serviços de engenharia. Receber o encargo de fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia.

c. Técnico em Edificações - Confeccionar projetos básicos na área, dentro do domínio de nível técnico. Utilizar softwares de detalhamento e desenhos e de projetos: AUTOCAD e/ou CIVIL 3D, REVIT, HYDROS, LUMINE, EBERICK e outros similares. Ter conhecimento das normas específicas de diferentes tipos de edificações como: quartéis, paíóis, estandes de tiro, hospitais, postos médicos, restaurantes, hotéis e presídios. Realizar acompanhamento de obras, elaboração de relatórios gerenciais, leitura de projetos, controle de cronograma, emissão e acompanhamento de obras. Realizar visitas periódicas em obras e no escritório para elaboração dos documentos e processos. Acompanhar planejamento, orçamentação, programação e controle de obras, elaboração de cronogramas e gráficos (PERT-CPM, Gantt) e acompanhamento físico financeiro, elaboração e pagamento de medições de serviços. Aplicar conhecimento de legislação de projetos e obras. Fiscalizar obras e serviços de engenharia. Receber o encargo de fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia.

d. Técnico de Nível Médio - Elaborar planilhas orçamentárias simplificadas de controle de bens móveis, escrituração de material e controle de patrimônio, conferir notas fiscais, confeccionar editais de licitação, operar sistemas governamentais (SIAFI, SIASG, COMPRASNET), elaborar relatórios e realizar processos de compras. Ter domínio dos softwares Excel e Word. Efetuar controle de recursos humanos e pagamento de pessoal. Montagem de processo de prestação de contas de despesas realizadas; organização de documentação relativa às obras em execução como pagamentos realizados, medições realizadas e controle de contratos.

10. PONTUAÇÃO NA AVALIAÇÃO CURRICULAR

Na etapa de avaliação curricular, a Comissão de Avaliação irá analisar a documentação comprobatória dos cursos e experiência profissional informada em requerimento de inscrição pelos(as) candidatos(as), atribuindo pontos de forma objetiva, a partir dos seguintes critérios:

a. Funções de Nível Superior (Engenheiro Civil e Arquiteto)

1) Curso de pós-graduação "lato sensu" (nível especialização) reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas, nas áreas das atribuições que a função poderá receber. Pontuação de 1,00 por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 2,00 pontos.

2) Curso de pós graduação "stricto sensu" (nível mestrado) reconhecido pelo MEC, nas áreas das atribuições que a função poderá receber. Pontuação de 4,00 por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 4,00 pontos.

3) Curso de pós graduação "stricto sensu" (nível doutorado) reconhecido pelo MEC, nas áreas das atribuições que a função poderá receber. Pontuação de 6,00 por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 6,00 pontos.

4) Experiência Profissional, nas áreas das atribuições que a função poderá receber, a ser

comprovada por meio de Carteira do Trabalho, declaração do empregador/contratante/beneficiário, certidão de tempo de serviço, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviço ou recibo de pagamento autônomo. Pontuação de 1,00 por ano completo trabalhado, podendo atingir a pontuação máxima de 5,00 pontos. Em caso de empate na pontuação final entre candidatos, a pontuação obtida neste item servirá como critério de desempate. Caso o empate persista, obterá melhor classificação o(a) candidato(a) de maior idade.

5) Acervo técnico, relativo às áreas das atribuições que a função poderá receber, a ser comprovado por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), respectivamente. As ART ou RRT que não estiverem averbadas a uma CAT não serão consideradas para efeito de avaliação. Pontuação de 0,10 por ART/RRT, podendo atingir a pontuação máxima de 3,00 pontos.

6) Acervo técnico, relativo às áreas das atribuições que a função poderá receber, a ser comprovado por meio de Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Atividades diferentes, porém relacionadas a uma mesma obra, serviço ou projeto serão consideradas unificadas e terão correspondência a apenas um atestado. Pontuação de 0,30 por atestado, podendo atingir a pontuação máxima de 3,00 pontos.

7) Cursos complementares gerais, em áreas das atribuições que a função poderá receber, com carga horária mínima de:

a) 90 horas - Pontuação de 0,50 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 2,00 pontos;

b) 40 horas - Pontuação de 0,40 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 1,60 pontos;

c) 20 horas - Pontuação de 0,30 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 1,20 pontos.

8) Cursos complementares específicos - AUTOCAD, REVIT, CIVIL 3D, EBERICK, LUMINE ou HYDROS, com carga horária mínima de 30 horas. Pontuação de 1,00 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 2,00 pontos.

b. Funções de Nível Médio (Técnico em Edificações e Técnico de Nível Médio)

1) Cursos Técnicos listados no Catálogo Nacional de Ensino Técnico do MEC, com carga horária mínima de 360 horas, nas áreas das atribuições que a função poderá receber. Pontuação de 1,50 por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 4,50 pontos.

2) Experiência Profissional, nas áreas das atribuições que a função poderá receber, a ser comprovada por meio de Carteira do Trabalho, declaração do empregador/contratante/beneficiário, certidão de tempo de serviço, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviço ou recibo de pagamento autônomo. Pontuação de 1,00 por ano completo trabalhado, podendo atingir a pontuação máxima de 5,00 pontos. Em caso de empate na pontuação final entre candidatos, a pontuação obtida neste item servirá como critério de desempate. Caso o empate persista, obterá melhor classificação o(a) candidato(a) de maior idade.

3) Cursos complementares gerais, em áreas das atribuições que a função poderá receber, com carga horária mínima de:

a) 60 horas - Pontuação de 0,75 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 2,25 pontos;

b) 40 horas - Pontuação de 0,50 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de

1,50 pontos;

c) 20 horas - Pontuação de 0,25 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 1,00 pontos.

4) Cursos complementares específicos - AUTOCAD, REVIT, CIVIL 3D, EBERICK, LUMINE ou HYDROS - com carga horária mínima de 30 horas. Pontuação de 1,0 ponto por curso, podendo atingir a pontuação máxima de 3,0 pontos.

5) Acervo técnico, a ser comprovado por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), respectivamente. As ART ou RRT que não estiverem averbadas a uma CAT não serão consideradas para efeito de avaliação. Pontuação de 0,30 por ART/RTT, podendo atingir a pontuação máxima de 3,00 pontos.

11. DIREITOS E DEVERES DO(A) CONTRATADO(A)

Aplica-se ao pessoal contratado o disposto nos seguintes dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, a seguir genericamente discriminados:

I - ajuda de custo (arts. 53, 54 e 57);

II - diárias (arts. 58 e 59);

III - gratificação natalina (arts. 63 a 66);

IV - adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas (arts. 68 a 72);

V - adicional por serviço extraordinário (arts. 73 e 74);

VI - adicional noturno (art. 75);

VII - adicional de férias (art. 76);

VIII - férias (arts. 77 a 80);

IX - ausências ao serviço para doação de sangue, alistamento eleitoral, casamento, falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos (art. 97);

X - direito de petição (arts. 104 a 109, e 110, inciso I, parte final – que afetam interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho –, inciso II e parágrafo único, e arts. 111 a 115);

XI - deveres (art. 116, excetuada a alínea b do inciso V);

XII - proibições (art. 117, excetuados os incisos VII e VIII);

XIII - acumulação (arts. 118 a 120);

XIV - responsabilidades (arts. 121 a 126);

XV - penalidades (art. 127, excetuados os incisos IV a VI, arts. 128 a 131, art. 132, excetuado o inciso VIII, arts. 136 a 141 e art. 142, excetuada a parte final do inciso I – distribuição de cargo em comissão); e XVI - disposições gerais (arts. 236 e 238 a 242).

As infrações disciplinares deverão ser apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ao acusado à ampla defesa.

12. BENEFÍCIOS

O pessoal contratado terá direito aos seguintes benefícios:

I - Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação e à Assistência Pré-Escolar, na forma da legislação e

normas em vigor; e

II - à assistência à saúde prevista no Plano de Seguridade Social (PSS) do servidor público civil federal regido pela Lei nº 8.112, de 1990, na forma estabelecida nas Instruções Gerais da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (IG 30-18), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 422, de 19 de junho de 2008, ficando vinculado, obrigatoriamente, para os demais benefícios previdenciários, ao Regime Geral da Previdência Social, na forma da Lei nº 8.647/1993.

13. REMUNERAÇÃO

A remuneração será fixada com base na Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-territórios, v. 67, Julho de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para fins de gradação, será considerado que as atribuições das atividades ou projetos a serem desenvolvidos pelo servidor contratado são grande complexidade (escolhendo-se entre baixa, média, grande complexidade, ou ainda, grande expertise/experiência).

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2017.

RAMACRISNA DA PORCIÚNCULA VIEIRA - TC
Presidente Substituto da Comissão de Avaliação

CRISTINA FLEIG MAYER SCHMIDT - Maj
Membro da Comissão de Avaliação

ANDRESSA CRISTINE HAMILKO GIESE - 1º Ten
Membro da Comissão de Avaliação

MARILISE AGOSTINI - 1º Ten
Membro da Comissão de Avaliação